



GT 75. Retomadas e re-existências indígenas e negras

Coordenador(es):

Cauê Fraga Machado (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Sandro José da Silva (UFES - Universidade Federal do Espírito Santo)

Sessão 1

Debatedor/a: João Daniel Dorneles Ramos (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Sessão 2

Debatedor/a: Luiza Dias Flores (UFAM - Universidade Federal do Amazonas)

Sessão 3

Debatedor/a: Sonia Regina Lourenço (Universidade Federal de Mato Grosso)

A antropologia vem tradicionalmente tratando territorialidades negras, quilombolas e indígenas – especialmente do Nordeste – nas chaves analíticas da invenção da tradição, da etnogênese, da fricção interétnica, da reminiscência e da plasticidade identitária. Esses conceitos, além de estarem, na maioria das vezes, atrelados a relação desses coletivos com o Estado-nação, privilegiam apenas as relações políticas entre agentes humanos. Etnografias mais contemporâneas, vêm apresentando dados nos quais categorias nativas como as de retomada e resistência – não apenas como reagente, mas como re-existir – territorial e existencial, quando tomadas como conceitos descrevem diferentes vínculos entre actantes dos mais diversos modos de existência. Esses entes produzem reflexões cosmopolíticas e modos de agir com (ou contra) o Estado-nação de modos antes insuspeitos. Não pela via da memória ou da prova, mas pela cosmologia e relacionalidade estendida a todos existentes, recupera-se algo dado como perdido, inexistente. São “identidades” e territorialidades que sempre existiram, mas estavam aguardando momento propício para se realizar, retomando terras, práticas, contato com seres, objetos, linguagens sem que essas nunca tenham sido perdidas de fato. Nesse GT, privilegiaremos trabalhos etnográficos e reflexões teóricas acerca desse novo cenário no qual indígenas e coletivos negros reclamam sua existência.

Retomada Tupinambá em Olivença: reflexões acerca da indianidade e permanência indígena a partir de um mandado de segurança

Autoria: Mariana Vilas Bôas Mendes (UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais)

Os Tupinambá de Olivença se encontram desde julho de 2009 aguardando a declaração dos limites de suas terras, a cargo do Ministro da Justiça. Nesse ínterim, os Tupinambá decidiram por retomar e ?construir ativamente? seu território (VIEGAS, 2011), temendo que os invasores destruíssem de forma irreversível as matas e rios da região, morada dos espíritos encantados que são sua fonte de vida e proteção. Processo de destruição ao qual os Tupinambá se referem como o adoecimento da Terra. Este work versa sobre a controvérsia jurídica/sociotécnica em torno da demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença, documentado em um Mandado de Segurança. O objetivo que busquei alcançar foi identificar e discutir os principais argumentos acionados por não indígenas a fim de impedir o reconhecimento do direito dos povos indígenas às suas terras tradicionais e, por outro lado, compreender as práticas de resistência e territorialização indígena diante de um cenário de confronto e confinamento ao longo de 500 anos. Entre esses argumentos contra a demarcação, chamam a atenção a negação da etnicidade dos Tupinambá e o consequente questionamento sobre sua permanência e presença no território. Nesse sentido, eu experimentei ver por um outro prisma o ?cadinho de culturas? de que fala Gilberto Freyre, buscando olhar



não mais para um cadinho de culturas sob a égide dos brancos, mas sob a égide Tupinambá. Tal perspectiva vai ao encontro dos posicionamentos de lideranças Tupinambá sobre as condições de permanência de alguns não índios dentro da TI e também de acolhimento de não índios na escola da TI. Outra questão pertinente a este work foi compreender os efeitos da fricção/atrito [no sentido dado por Tsing (2005) a essa expressão] que se desenvolveram nessa disputa territorial entre povos que operam segundo premissas ontológicas diversas a respeito do que é a terra, o território e a natureza. Ao longo de cinco séculos de contato, fricção/atrito, os Tupinambá jamais abandonaram seu território ou se tornaram ?integrados?, como acusam os brancos. Ao impor sua presença junto à justiça, os Tupinambá fazem do tribunal, uma arena cosmopolítica e impõem constrangimentos àqueles que pretendem agir em detrimento existência dos outros viventes, impedindo-os de fazê-lo em um ambiente asséptico. Este work é sobre a insistência de um povo em existir, ocupar um território e se fazer presente, e que diante das ?alternativas infernais? (STENGERS, 2015) que tentam lhes impor os brancos em seus tribunais - aos problemas que são dos brancos - responde: ?prefiro não?.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: